



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 4156/2023**

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 3455/2023**

**RELATOR: EDUARDO DO BLOG**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE ÓRGÃOS ENTIDADES CONCESSIONÁRIAS OU SUBCONCESSIONÁRIAS DE TRÂNSITO OU OPERADORES DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**

**Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:**

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei de nº 3455/2023 do Ilmo. Sr. Vereador Octavio Sampaio que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE ÓRGÃOS ENTIDADES CONCESSIONÁRIAS OU SUBCONCESSIONÁRIAS DE TRÂNSITO OU OPERADORES DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.”

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se favorável à tramitação do referido Projeto de Lei, sendo agora o projeto submetido à apreciação da Comissão Permanente de TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Transporte Público e Mobilidade Urbana conforme disposto pelo Art. 35, inciso XII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis:

Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:

XII - Da Comissão do Transporte Público e Mobilidade Urbana:

a) apreciação de matérias legislativas relacionadas aos diversos aspectos dos transportes coletivos, bem como da organização do trânsito;

b) fiscalização permanente das atividades relativas ao transporte público e à mobilidade urbana;

c) auxiliar e promover a implantação de uma política municipal de transporte e de mobilidade urbana que atenda os interesses dos usuários.

## II - VOTO:

O Projeto de Lei em análise dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos agentes de órgãos, entidades concessionárias ou subconcessionárias de trânsito ou operadores de estacionamento rotativo do município de Petrópolis.

O anexo I da lei federal lei nº 14.229, de 21 de outubro de 2021 define agentes de trânsito como: servidor civil efetivo de carreira do órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário, com as atribuições de educação, operação e fiscalização de trânsito e de transporte no exercício regular do poder de Polícia de Trânsito para promover a segurança viária nos termos da Constituição Federal.

No exercício do Poder de Polícia o agente que lavra a multa ou que opera o estacionamento rotativo está praticando verdadeiro ato administrativo. A doutrina estabelece que os requisitos de validade para o ato administrativo são: competência, forma, finalidade, motivo e objeto.

O presente projeto visa sanar um vício de que se tem operado na lavratura de diversas multas no município, isto é, visa plena identificação do agente de trânsito para que o particular possa se insurgir contra determinadas injustiças e defender-se adequadamente em processo administrativo ou judicial.

A proposta em exame encontra-se revestida de constitucionalidade e legalidade.

Ante o exposto, não há óbice à tramitação da presente proposição, motivo pelo qual nos manifestamos de forma FAVORÁVEL à sua apreciação em Plenário.

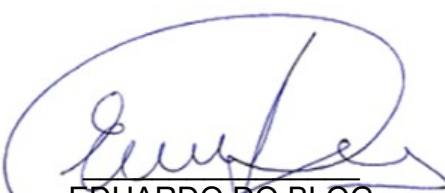
## III - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE URBANA (Vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 15 de setembro de 2023



HINGO HAMMES  
Presidente



EDUARDO DO BLOG  
Vogal